ATA - 2ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA- 2021

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 18 de março de 2021, às 14h, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta Google Meet, realizou a 2ª Reunião Plenária Extraordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Sra. Célia Fernandes, representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC) e da Vice-Presidenta, Sra.Rosaura de Oliveira Rodrigues, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.. A 2ª Reunião Plenária Extraordinária contou com a presença das Conselheiras Titulares representantes das Organizações Governamentais: Conselheira Titular Fabiana de Souza, representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS); Conselheira Titular Elenise Magnus Hendler, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Patrícia Maria Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheira Suplente Jurema Terezinha Sprada, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA); ; Conselheira Titular Francieli Magri, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR). Participaram também as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Não Governamentais: Conselheira Suplente Juliane Patrícia Tavares, representante do Movimento Jovem de Araquari; Conselheira Titular Tatiane Mariza de Souto, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Conselheira Suplente Eva Santos da Rosa, representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC); Conselheira Titular Ana Paula Ribeiro Ramos, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de SC (FETAESC); Conselheira Titular Morgani Guzzo, representante do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC (IEG/UFSC); Conselheira Titular Sheila Sabag, representante da Casa da Mulher Catarina. **Justificaram ausência**: Conselheira Titular Júlia Melim Borges Eleutério, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari; Conselheira Caroline Tavares Meireles, representante do Conselho Regional de Psicologia (CRP-12ª). A Reunião contou ainda com **a presença de participantes convidadas e convidado**: Anne Teive Auras, Defensora Pública de SC e Coordenadora do NUDEM/SC; Ricardo Silva de Sousa,

representante da Polícia Militar de SC - Coordenadoria Estadual dos Programas Preventivos Institucionais; Simone Andréa Rodrigues - Coordenação de Políticas de Atenção Integral e Pessoas em situação de Violência- Blumenau/SC; Lilian Brillinger Novello - Diretoria do Instituto Médico-Legal IML/SC; Fabiane Borba e Cibele, representantes do Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes, vinculado a vigilância epidemiológica da Secretaria de Saúde - NPVA de Joinville/SC; Flávia Minatto, Assessora da Deputada Luciane Carminatti; Ana Regina Losso - Coordenação do Núcleo de prevenção às violências nos presídios e Coordenação da área de Saúde Mental em Criciúma/SC, Ana Maria Vavassori, Instituto Movimento Jovem de Araquari, Liliana Piscki Maes, da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina- CUT/SC; Vera Lúcia Vargas do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Lages/SC; Márcia Inês Lorenzett, Secretária Executiva do COMDIM e Ieda Salete Pagliochi da Coordenadoria Municipal da Mulher de Concórdia/SC; Flávia Domingues e Ligiane do Núcleo de Prevenção de Violências que está vinculado ao CREAS de Brusque/SC; Luana Garbin e Francine Costa , representantes da IEG - Instituto de Estudos de Gênero da UFSC; Fabíolla Carpes Krämer, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED); Erli Aparecida Camargo, pelo Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages/SC; Rejane Silva Sanchez - OAB/SC - Ordem dos Advogados do Brasil, Romi Rosane Ruff e Jurema Ramos dos Santos, representantes da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais - Grande Florianópolis (BPW) e Stephanie Garavelho Ghisio de Lassus, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA). A 2ª Plenária Extraordinária do CEDIM/SC do ano de 2021 teve a seguinte pauta: 1.Levantamento do Quórum; 2. Justificativas; 3. Informações e Deliberações sobre os Serviços de referência no atendimento às pessoas em situação de violência sexual no estado de Santa Catarina - Retorno dos dados; 4. Informes Gerais; 5. Encerramento. **Aberta a reunião**, após apresentação das Conselheiras presentes e demais participantes, do levantamento do quórum, Célia agradeceu a presença de todas e do Ricardo e deu continuidade à reunião. Foi informado que a reunião seria gravada e que ficará disponível para quem quiser ter acesso. Inicialmente, Célia mencionou que a presente reunião foi marcada para dar continuidade às já realizadas, que foram realizadas duas reuniões extraordinárias que

trataram da mesma temática, pois a pauta considerada é urgente. Célia passa a condução da reunião para Vice-Presidenta, Rosaura, justificando a impossibilidade garantida de permanecer conectada na internet, devido à falta de energia elétrica em sua residência. Sendo assim, Rosaura assume a presidência e dá continuidade à reunião. Tanara menciona que na plenária extraordinária do dia 18 de fevereiro foi deliberado que seria encaminhado um Ofício Circular (nº 01 2021) às Secretarias Municipais de Saúde, com apoio da FECAM, para responderem os questionamentos referentes aos serviços de atendimentos às vítimas de violência sexual. O objetivo é que se possa ter um mapeamento, para ter um diagnóstico mais detalhado e realista de como estão acontecendo esses serviços dentro dos municípios, para então poder construir um protocolo com fluxos de atendimento unificado no Estado. Explica que as respostas que foram recebidas até dia 17 de março foram compartilhadas com as conselheiras e participantes das reuniões. Sendo até o momento, no total de 33 respostas. O questionário, que também foi formatado no Google Forms, está ainda aberto para receber as respostas. Lilian fala que foi feita uma reunião com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria de Estado da Segurança Pública para tratar sobre o alinhamento do protocolo, porém é fundamental o posicionamento da Saúde referente aos hospitais, unidades de referência. Menciona que a situação da pandemia tem dificultado, mas que já foram levantados vários pontos importantes e que irão se reunir novamente na próxima semana para continuar os trabalhos. Relata que o IGP, assim como a Polícia Civil, levantaram as informações sobre capilaridade das unidades de atendimento no estado para poder contribuir no alinhamento dos trabalhos. Patrícia (aos 49min) complementa explicando que a Polícia trabalha com as unidades aptas atender e investigar inquéritos de violência sexual e que quando se fala na construção de protocolo, em estabelecimento de parcerias, a ideia de fluxos bem definidos e alinhados, principalmente com a saúde, é importante porque esse crime pode chegar em delegacia que originariamente não esteja com atribuição para essas investigações, mas que de via transversa atende. Na sequência dá um exemplo, “a delegacia de investigação de roubos e anti-sequestro, que está investigando o sequestro de uma mulher, consegue localizar o cativeiro e, quando salvam essa mulher e foi identificado o que ela foi vítima de violência sexual, a orientação é que dentro desse protocolo, em primeiro momento ela é

encaminhada para a área de saúde e após outra delegacia entra. Então por isso que a gente pretende essa definição bem específica da área da saúde e não é só estabelecimentos que funcionam em horário comercial, a gente precisa de pronto atendimento 24 horas por dia.". Patrícia finaliza sua fala dizendo que todos os endereços de todas as delegacias da polícia são publicizados na página da Polícia Civil. **Rosaura** questiona se tem alguma representante da área da saúde na reunião para poder explanar sobre os serviços. Foi constatado que não estavam presentes. Anne se inscreve e relata sobre uma live que foi promovida sobre violência, direitos sexuais e reprodutivos e foram convidadas para o evento uma promotora de justiça e uma médica ginecologista aqui da maternidade Carmela Dutra (Fpolis), explica que a promotora que participou e sua equipe, realizaram um levantamento, telefonando para todos os serviços apontados como referência para realização interrupção de gestação, no caso de violência sexual, se colocando a disposição para solicitar essas informações e repassar ao CEDIM. Anne também informa que irá compartilhar a Cartilha informativa que foi lançada sobre Direitos, lei do minuto seguinte, serviços de profilaxia, atendimento humanizado, entre outros. Ato contínuo, Ricardo (em 1h01) explica que a Polícia Militar de Santa Catarina tem uma seção específica que se chama PM3 que é a responsável pela parte de doutrina, que realiza toda a parte de documentação da instituição e que é encaminhado para todo o Estado. Explica que dentro da Polícia Militar de Santa Catarina tem essa seção que é responsável pela parte do protocolo que está sendo elaborado. Ato contínuo socializa que está orientando uma Cadete, que é uma aluna oficial para elaborar uma proposta de procedimento operacional padrão para a Polícia Militar de Santa Catarina, no que tange aos crimes de violência sexual contra a mulher. Relata que a Polícia Militar não possui procedimento padrão específico de crime sexual, e sim o procedimento operacional padrão voltado ao atendimento de violência doméstica. Reitera que estão estudando todos os protocolos no país afora, para a criação do protocolo dada a sua importância, especialmente em razão de serem a primeira instituição que as vítimas desses crimes buscam, portanto, o policial militar precisa ter um bom preparo para não causar uma revitimização. **Simone** (1h03) pede a palavra, diz que analisou os dados dos municípios recebidos pelo CEDIM e que por mais que sejam dados incipientes, são dados que já permitem o início dos trabalhos.

Relata que percebeu dados incompletos, o que era esperado, e que os dados encaminhados demostraram também desconhecimento de rede, do que se considera uma rede intersetorial de serviços de atendimento para vítimas de violência sexual. Desconhecimento de protocolo, da norma técnica do Ministério da Saúde, das portarias do Ministério da Saúde, principalmente quando se pergunta sobre credenciamento de serviços no código 165, explica que teve municípios que fizeram confusão, demostraram que desconhecem o básico do que é fundamento de protocolo de violência sexual. Indaga que esse fato já aponta diretrizes daquilo que deve ser trabalhado com essas cidades. Fala que observou Protocolos parciais, que percebeu que há discrepância entre informações divulgadas em eventos e as informações registradas no papel, como por exemplo, tem município que tinha-se a informação prévia que possuía rede, serviço de referência e essa informação não consta nesse documento enviado pro CEDIM, gerando dúvidas sobre as informações anteriormente repassadas, considerando que Protocolo não aparece nesse documento enviado. Cidade que informa que tem serviço de referência em saúde mas que esse serviço é de outro município, na questão da interrupção legal de gestação, sendo que não há pactuação Regional para esse procedimento. **Tanara** responde que a SES (protocolo SGP-e SST 1446 2020) ainda não fez a devolutiva do Ofício encaminhado novamente com os questionamentos. **Morgani** ressalta a importância da formação para os profissionais da saúde e que poderia já ser pensado em um trabalho com essa perspectiva de formação dos gestores nos municípios. Menciona que a RAIVS já está trabalhando na atualização do protocolo e nessa questão de formação. **Erli** sugere que sejam contatados os CREAS (Assistência Social) para auxiliar nos trabalhos, pois possuem encaminhamentos/parâmetros, que podem ser relevantes. **Rosausa** complementa dizendo que geralmente a atenção básica é que inicialmente faz os atendimentos. Salienta que os gestores(as) da saúde são os que respondem por todas essas questões e as tratativas devem acontecer com a participação deles(as). E que os profissionais da saúde são aliados e devem ser contemplados na formação no que tange ao acolhimento e co-responsabilidades. **Patrícia** pede a palavra (1h27) e diz que a Polícia trabalha com dois fluxos diferentes: um para aqueles atendimentos emergenciais onde cabem a intervenção imediata da Saúde e outro para aqueles casos que são descobertos

posteriormente, quando não se tem mais o protocolo emergencial, com uma situação de gravidez, com outra situação estabelecida. Por isso a importância de se pensar na construção de um fluxo. Socializa que participa também do GT da Secretaria de Segurança Pública onde há discussão para estabelecer programas de ações para enfrentamento à violência contra a mulher e específico para violência sexual, diz que da mesma forma que o Ricardo comentou sobre os procedimentos operacionais padrão, dos estabelecimentos de fluxos é pauta desse GT e que uma das ações que está sendo prevista é a capacitação dos setores que atendem mulheres e atende vítimas, então essa questão da capacitação em âmbito do Estado de Santa Catarina, não só com profissionais de segurança, mas com todos os que atendem à mulher estão sendo discutidos. Por fim, opina que pode ser pensada a extensão da capacitação, posteriormente aos municípios. Na sequência **Rosaura** abre espaço para que as representantes dos municípios presentes na reunião possam relatar como funcionam seus protocolos de atendimento e demais informações que julgarem importantes. Finalizadas as falas, restaram aprovadas as seguintes **deliberações:** * Reencaminhar o Ofício Circular 01 2021 às Secretarias Municipais de Saúde com o objetivo de obter mais informações; * Solicitar a devolutiva das respostas à Secretaria Estadual da Saúde. (Sgp-e SST 1446 2020); *Criar um Grupo de Trabalho dentro do CEDIM, a partir da Comissão de enfrentamento à violência à mulher, com a participação dos municípios que já possuem protocolo, dos órgãos da Segurança Pública, dos Bombeiros Militares que também são designado no Plano (na elaboração de protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e feminicídio), das Secretarias Estaduais da Saúde e da Assistência Social; *Realização de reuniões mensais para trabalhar no protocolo a nível estadual para atendimento às violências; *Trabalhar no sentido de promover capacitação aos gestores municipais e posteriormente aos profissionais da linha de frente, bem como que a *Próxima reunião extraordinária do CEDIM para tratar da temática será realiza dia 22 de abril/21 (quinta-feira) às 14h. Nada mais havendo a tratar, Rosaura encerrou a reunião e agradeceu a participação de todas Assim, deu-se encerrada a 2ª Reunião Plenária Extraordinária do CEDIM/SC - Ano 2021. Eu, Tatiane Mariza de Souto, 1ª Secretária da Mesa, lavrei a

presente Ata e junto a Célia, Presidenta do CEDIM/SC assinamos. Link para acessar a gravação da Reunião: https://www.youtube.com/watch?v=Av1Mpv94VXU